

A REFORMA AGRÁRIA PORTUGUESA

— ESTUDOS E OPINIÕES * —

MANUELA REIS **

J. GIL NAVE ***

INTRODUÇÃO

Apesar das transformações dos últimos dez anos, estagnação e ausência de perspectivas para o desenvolvimento da região do Alentejo, permanecem hoje como atributos irrefutáveis da imagem que dessa região nos deixa o conjunto de indicadores socioeconómicos e sociodemográficos que as estatísticas nacionais nos põem à disposição¹. A predominância do sector primário, quer em termos de produto interno quer de população activa — esta maioritariamente assalariada — se revela vocação agrícola aparece simultaneamente, dados os baixos índices de produtividade da terra e do trabalho e as condições de vida que proporciona, como uma anátema que as esperanças projectadas na Reforma Agrária (R. A.) não lograram ultrapassar.

Embora o estudo da R. A. tenha continuado a merecer a atenção do meio científico-académico, em especial o que se debruça sobre as questões agrárias, atenção que foi além da efervescência político-ideológica que a R. A. suscitou na sociedade portuguesa nos anos 74 a 77 e de que são prova os vários estudos publicados até à data sobre o assunto, o certo é que boa parte dessa literatura se restringiu frequentemente à análise económica (e também política) do fenómeno no intuito de perceber, desse ponto de vista, a que condições deveria o novo sector colectivo da agricultura alentejana responder para garantir a sua existência e sobrevivência no quadro de um sistema económico global que lhe não era especialmente favorável.

Apesar disso, alguns trabalhos de autores que se têm debruçado sobre a realidade social e agrária alentejana, ao retomá-la numa perspectiva so-

* O presente trabalho foi elaborado no âmbito do projecto «Reforma Agrária e Desenvolvimento no Sul de Portugal», financiado pela Fundação Volkswagenverk.

** Investigadora do CIES.

*** Docente do ISCTE e investigador do CIES.

ciológica, têm feito apelo a outras dimensões do problema no sentido de, à luz das transformações induzidas pelo processo de R. A., possibilitarem uma leitura do sistema social pós-latifundistas, do funcionamento dos grupos sociais no espaço rural alentejano e das suas práticas e culturas específicas.

A estes estudos dedicaremos especial atenção e, procurando situar-nos do ponto de vista da sua contribuição teórica, esperamos que deles possam ser retirados entendimentos pertinentes para uma correcta colocação dos actuais problemas do sul do país.

Se o importante contributo de alguns trabalhos aqui recenseados é o de evidenciar a crise e o bloqueamento a que tinham chegado as estruturas agrárias portuguesas, particularmente as que corporizavam o sistema social latifundista, foi sobretudo o processo de R. A. que, no âmbito das Ciências Sociais, suscitou mais viva e diversificada atenção na tentativa de alcançar a compreensão e o sentido de fenómenos sociais que no quadro de tal processo traziam novos dados à situação da agricultura e das relações sociais nos campos do Sul.

Duma forma sintética, diremos que, apesar da diversidade de perspectivas que caracteriza as abordagens deste processo, a maior parte destes estudos tem quase sistematicamente repartido o seu interesse por três ordens de questões:

- O movimento social dos assalariados agrícolas que desencadeou o processo de R. A. e deu corpo às ocupações de terras a partir das quais se formaram novas unidades de produção.
- A caracterização do poder político — Estado e seus prolongamentos regionais e locais — bem como a sua acção e políticas de enquadramento com as quais, em sucessivas conjunturas, ia respondendo às exigências e realizações desse movimento social.
- Finalmente, a análise das condições de formação das novas unidades de produção, quer, nas suas características, quer nas suas possibilidades de viabilização económica.

Inventariando e integrando na nossa análise os trabalhos que se reportam às três ordens de questões apontadas, procuraremos, de seguida, fixar o quadro que actualmente baliza os múltiplos entendimentos sobre a problemática que nos propomos discutir.

Parte considerável da literatura sobre o assunto recruta a sua preocupação maior na tentativa de compreender o contexto social e político que fez emergir o conjunto das acções que determinaram a constituição do movimento social conducente à R. A. Nesta perspectiva, o sentido a atribuir a um dos aspectos que mais significativamente marcou a R. A. portuguesa — o movimento de ocupação de terras — não tem deixado de constituir assunto da maior controvérsia entre os observadores científico-sociais.

Genericamente, são duas as teses em presença². Os autores, com destaque para A. Barreto³, que não hesitam em devolver a R. A. à iniciativa

do Estado, por trás do qual estaria a influência predominante do partido Comunista e que, em sucessivas operações de carácter político, legislativo, administrativo e financeiro, definiu o contexto em que se desencadeou o processo de R. A. Em abono desta tese vêm ainda as obras de Cutileiro e J. Pacheco Pereira⁴, cujas perspectivas, antropológica a primeira e histórica a segunda, apontam elementos que sugerem uma certa harmonia nas relações sociais existentes na sociedade rural alentejana antes do 25 Abril, de onde os conflitos e lutas sociais haviam praticamente desaparecido, mediante o alargamento, desde os anos 60, do processo de mecanização e consequente êxodo rural, da formação de modernas empresas agroeconómicas, gerando, no seu conjunto, a subida de salários e a absorção quase plena da mão-de-obra disponível. A R. A., nesta óptica, terá fundamentalmente consistido em assunto de política agrária. Quanto ao movimento dos trabalhadores rurais, no dizer de Cutileiro, terão estes tomado «como sua (com graus variáveis de confiança) uma força que apenas lhes era emprestada»⁵.

Pelo contrário, diferente é a interpretação dos autores que, embora em perspectivas nem sempre coincidentes, procuram visualizar a R. A. portuguesa essencialmente como um processo social.

Reconhecem esta capacidade de autonomia ao movimento social, analisando-o em função das contradições internas à sociedade rural. Mas, dada a natureza e envergadura das transformações encetadas por tal processo, desde logo a transferência da propriedade da terra, o Estado terá sido chamado a intervir e a dar o necessário enquadramento jurídico-político às novas relações sociais⁶.

Vejamos, entretanto, de mais perto as contribuições dos vários autores.

A REFORMA AGRÁRIA A PARTIR DO ESTADO...

No âmbito dos estudos saídos do projecto de investigação que entre 1979-1981 teve lugar na Universidade Católica⁷ é Barreto quem melhor sintetiza um conjunto de elementos destinados a fundamentar uma visão da R. A. feita a partir do Estado.

Reunindo um vasto corpo de informação sobre os acontecimentos que ao nível das instituições políticas — Estado, partidos, MFA, sindicatos — se encaminhavam para a definição e aplicação da R. A., é este autor levado a concluir que «a revolução através do Estado e das instituições [é] um dos traços dominantes deste processo de R. A. ... [e que] ... a orientação do MAP, definida e divulgada antes do processo de ocupação, além de relativamente clara, precede escolhas e opções que mais tarde serão atribuídas ao movimento espontâneo dos trabalhadores»⁸.

Os principais argumentos em favor da demonstração desta tese são sobretudo economicistas e fortemente objectivistas: não existe, em 1974,

crise económica, nomeadamente no seio do sistema de capitalismo agrário do latifúndio, desapareceram as tradicionais crises de desemprego associadas a este sistema, logo não havia lugar para afrontamentos sociais. Assim sendo, todo o processo de lutas sociais que na sequência do 25 de Abril se desencadeia no Alentejo é, na visão deste autor, essencialmente atribuído ao Partido Comunista que, coadjuvado pelo poder político de então e dado o seu «poder organizativo» e a sua «ousadia militante», promoveu acções de R. A. à revelia do movimento social.

Trata-se de entendimento que reduz a complexidade dos comportamentos sociais a meras resultantes do poder político e que do político apenas retém as instituições.

Em 1.º lugar, não é pacífico que do ponto de vista estritamente económico, o problema crónico da agricultura latifundiária — o desemprego sazonal — estivesse resolvido; tão pouco o é, haverem as estruturas sociais que configuravam este sistema de agricultura chegado a um grau de transformação que impedisse, por exemplo, que um qualificado conhecedor da realidade agrária alentejana pudesse ainda escrever em 1980:

Acredito que o processo ainda em curso de erradicação do latifúndio no Sul de Portugal, seja qual for o destino que o futuro reserve à R. A. ali inicialmente empreendida pelos próprios trabalhadores agrícolas *até então sem emprego permanente assegurado*, estará em breve concluído de uma vez para sempre, sem perspectivas de retorno a um passado onde *a injustiça social se aliava à ineficiência produtiva* [...]. Espero e desejo... que as grandes explorações agrícolas privadas da ZIRA, *tecnicamente extensivas, economicamente subaproveitadas e socialmente geradoras de assimetria económica, os latifúndios, em suma*, desapareçam definitivamente da cena, para dar lugar a uma *nova estrutura agrária mista, diversificada, flexível, intercompetitiva*⁹.

Que a economia agrária alentejana, a despeito das transformações dos últimos anos, estava longe de configurar uma situação de modernização da agricultura, muito mais ainda de contribuir para o melhoramento das condições de vida de quem, neste sistema, era remetido a uma situação proletária, acusando, pelo contrário, alguns sinais de imobilismo e de dificuldade na sua reprodução, a que não era alheia, como se sabe, a intervenção (económica ou abertamente repressiva) do Estado, provam-no importantes e variados estudos, onde poderíamos recolher uma plêiade de elementos, mais empíricos uns, outros mais analíticos, tendentes todos, porém, a abonar o que se acaba de afirmar¹⁰.

Temos em conta outras leituras sobre o sistema de agricultura que imperava nos campos do Sul, em vésperas da R. A. Segundo Oliveira Baptista, por exemplo, a erradicação do latifúndio, ou pelo menos o seu declínio e a passagem a outro sistema de produção por si designado de ca-

pitalismo agrário, no qual «o lucro é já o critério de funcionamento da unidade de produção, conduzindo a opções nitidamente diferenciadas das da economia latifundiária», é identificado sensivelmente com o período dos anos 60, ao qual corresponde uma fase de grande mecanização, de êxodo e do «fim do seareiro»¹¹. Tal posicionamento é, porém, na óptica do autor, o próprio ponto de partida para a análise das contradições e lutas sociais em que assentou todo o processo de R. A.

Mas o que agora mais nos interessa é chamar a atenção para o facto de que as análises que procurem uma explicação para as características que, entre nós, assumiu a R. A. não podem sistematicamente e apenas ir buscá-la a critérios estritamente económicos. Há que convocar e maximizar outros elementos explicativos por forma a surpreender a complexidade dos referidos factos sociais. Para tal, é necessário dar conta de outras dimensões, nomeadamente sociais e simbólico-ideológicas, que podem, sob certas condições históricas, «libertar os potenciais da dinâmica social»¹². Apraz-nos, a propósito, citar Merleau-Ponty¹³, segundo o qual: «É com razão que se afirma que não é de forma alguma a mais profunda miséria que gera os revolucionários mais conscientes [...] é muitas vezes uma melhoria da conjuntura [que] traz consigo a radicalização das massas. Isto deve-se ao facto de a diminuição da pressão sobre a vida proporcionar uma reestruturação do espaço social: os horizontes deixam de estar restringidos às necessidades imediatas, surge um campo de acção onde se podem fazer novos projectos para a vida.»

Não é assim tão espantoso que o movimento social em torno da R. A. se situe «historicamente no momento de maior 'desafogo' dos assalariados alentejanos, de menor desemprego e de salários mais elevados»¹⁴. Pelo contrário, a reflexão acima transcrita constitui um excelente ponto de partida para a percepção de como, perante mudanças estruturalmente significativas que colocavam novos horizontes políticos e sociais, se entrelaçam e conjugam expectativas, projectos e «ideais» que interagindo num contexto cultural específico podem abrir caminho à reformulação e transformação das práticas sociais.

Contextualizar a R. A., isto é, devolvê-la ao espaço social em que se veio a situar, por forma a restituir com precisão as especificidades dos mecanismos de uma sociedade rural proletarizada, é procedimento que se impõe a quem não julga suficiente uma visão estatista e institucional do fenómeno. De igual modo parecem excessivas e redutoras as posições que, na mesma perspectiva, colocam a sociedade rural alentejana como um palco para sucessivas representações e acções políticas do Partido Comunista a que os trabalhadores rurais terão passivamente assistido¹⁵.

Sobre este aspecto também se pronuncia Baptista para quem «a tese da outorga do poder... *inocenta* os trabalhadores e, do mesmo passo, exalta pelo menos implicitamente a ordem social dos latifúndios e grandes capitalistas agrários; simultaneamente autoriza que se aponte o PC — indicado como principal componente desse poder exterior à realidade

social — como entidade alheia à realidade política do país»¹⁶. De facto, não se pode evidentemente negar que este partido tenha tido uma quota-parte no desenrolar dos acontecimentos e no seu enquadramento político-ideológico. A verdade é que se, como afirma Pacheco Pereira, a actividade do PC no Alentejo, enquanto força organizada, tinha praticamente desaparecido¹⁷, torna-se difícil explicar a sua rápida implantação e progressão no terreno a ponto de se «substituir» àqueles que deveriam protagonizar a R. A. Difícil ainda é, nesta óptica, responder à questão de saber por que razão num momento de «vazio de poder» e em que as liberdades de propaganda e organização eram amplas, o PC não logrou implantar-se e desenvolver a sua estratégia no «Norte rural»¹⁸?

É que, tal como não é admissível considerar a Igreja e o papel da religião nos espaços sociais camponeses como um simples factor de caciquismo político-ideológico que conduz directamente a opções políticas de direita¹⁹, para compreender a influência do PC nas lutas sociais do Alentejo, talvez tenhamos também de perceber primeiro em que medida as estruturas simbólico-ideológicas do proletariado rural se ajustam ao discurso deste partido. Teremos pelo menos de admitir, como Pacheco Pereira (embora as suas conclusões vão em sentido diferente), que «o comunismo é no Alentejo um facto cultural, e como facto cultural ele foi a expressão de um profundo sentimento igualitário [...]. A adesão individual ao partido não era aqui uma opção realizada num meio hostil, mas sim o resultado de uma tradição a que se aderiria porque só ela dava a uma vida brutal alguma esperança e sentido»²⁰.

Partindo duma tese que explicitamente apontava o Estado (e os aparelhos jurídico-políticos e ideológicos que dele faziam parte) como o responsável central na génese e configuração da R. A., houve ocasião para recensear alguns problemas esclarecedores do sentido que, para a análise dos processos sociais, constitui um posicionamento desta natureza. Na confluência de tal entendimento vêm desembocar outras teses semelhantes mas cuja riqueza do material empírico em que assentam exige que as passemos em revista. Referimo-nos, claro está, aos estudos de Pacheco Pereira e Cutileiro, já aqui citados.

A análise do primeiro, centrada nas lutas sociais do proletariado alentejano desde 1910, constitui um precioso repositório de informação, fundamental para compreender os referentes histórico-ideológicos que possam estar na base das atitudes e práticas político-sociais emergentes neste espaço após o 25 de Abril. Dois argumentos centrais estruturam a análise dos elementos empíricos utilizados neste estudo: a constatação de uma «descontinuidade» nos conflitos rurais a que correspondem períodos de grande intensidade conflitual, seguidos de rupturas ou «tréguas» na luta social, e, por outro lado, a estrutura dos objectivos desses conflitos, que, com frequência ou quase sempre, sobrepõe a questão do emprego e do salário à reivindicação da terra, levam este autor a concluir que a R. A. e as ocupações não radicam num passado cujas tradições culturais colocassem o sen-

timento da posse de terra como questão central em períodos de luta declarada. Pelo que, a forma como a R. A. se processou, através de ocupações de terras, não tem antecedentes em toda a história social do proletariado alentejano.

Ora, tomando em especial consideração «as grandes lutas», isto é, aquelas que estão ligadas a grandes transformações estruturais, como é o caso das greves de 1910-1912, na sequência das quais germina a formação do sindicalismo rural e a R. A. em 1975 que transforma as relações de propriedade, fácil se torna a este autor estabelecer a dependência dos conflitos sociais face à dinâmica do Estado. Nos casos vertentes, as mudanças de regime que implicaram, respectivamente, a passagem à República e à democracia parlamentar.

A análise histórica que este autor empreendeu não utilizou instrumentos que lhe permitissem captar, no tempo, outros elementos para uma sociologia das práticas sociais. Por isso, as «descontinuidades» na luta dos trabalhadores rurais são talvez precedidas pela própria «descontinuidade» das fontes históricas utilizadas que apenas traduzem os grandes factos sociais, ou seja, os únicos que têm direito à historicidade.

Não significa isto que o trabalho do autor em questão não disponha de materiais que nos forneçam pertinentes indicações para a compreensão do fenómeno que nos vem ocupando. Mas não tendo incorporado e integrado no seu estudo outras dimensões do conflito, que relevam da natureza autoritária do sistema social latifundista e se podem traduzir numa resistência quotidiana mas não organizada, é também este autor levado a perspectivar a R. A. como uma medida que vem de «fora» (do Estado e do poder político). Ora, o facto de não haver confirmação histórica de lutas rurais pela posse da terra não basta para inferir que as ocupações condensam um comportamento bastardo, espúrio à cultura alentejana. Pelo contrário, o reconhecimento pelo próprio autor da existência de «trabalhadores rurais [que] descendem de uma população há muito proletarizada e com nulas relações com a terra: antigos escravos, soldados desertores, ciganos, vagabundos que em multidão atravessam a província, 'criados de lavoura' e 'serviçais' cuja existência pode ser traçada até à Idade Média»²¹, pode, justamente, ajudar a compreender a longa sedimentação de atitudes relativas a um bem cujo valor, *por si só*, não organiza nem segrega estratégias e práticas sociais para a ele ter acesso. Desenha-se aqui uma outra questão que, embora ligada à terra, permite perspectivar doutro modo o problema. É a questão da propriedade.

É, aliás, este mesmo autor que nos chama a atenção, num outro estudo²², para a atitude de desprezo, de não sacralização da propriedade que não sendo um valor interiorizado, como entre o campesinato, predispõe ao roubo (de comida, gado, bolota), difícil de punir porque de autoria colectiva, e a outros crimes sociais como o fogo posto e a destruição de máquinas. É ainda o autor que escreve: «O hábito de roubar para sobreviver no Inverno cria condições de consenso necessárias para se roubar como

forma de 'expropriação social'. Em consequência disso, a propriedade nunca foi sacralizada no Alentejo²³⁻²⁴».

Em atitude diversa dos grupos camponeses, os trabalhadores rurais alentejanos se não aspiravam à posse individual da terra não preconizando, por isso, o seu parcelamento, também não partilhavam de uma visão camponesa da propriedade que, em contexto político favorável à sua afirmação como trabalhadores, os fizesse desdenhar ou hesitar perante actos de natureza atentatória da propriedade privada. Igualmente atribuindo as ocupações às directivas dos centros de poder, Cutileiro admite, pelo menos, que tais directivas vinham ao encontro «do grande sonho milenário alentejano — o fim dos latifúndios, a entrega da terra ao povo»²⁵.

E se admitirmos que certas formas de cultura popular traduzem e representam genuinamente, porque espontâneas e livres de inibição, as atitudes e os sentimentos «típicos» dos grupos sociais que a produzem, sem dúvida encontraremos na poesia popular alentejana — por demais referida mas nunca, até hoje, eleita como objecto de análise pertinente — elementos superiormente indicativos da lúcida percepção, por parte do proletariado rural, da desigualdade social originada na apropriação privada da terra e, portanto, do não reconhecimento da sua legitimidade²⁶.

As posições de Cutileiro igualmente se filiam no modelo exogenista de explicação da R. A., especialmente no que respeita às teses apresentadas no Posfácio do seu estudo.

O seu paradigma de explicação é semelhante — todas as mudanças induzidas pela R. A. vieram de fora, tal como as greves de 1910 e a luta pelas oito horas em 1962 — embora algumas das suas considerações vão, nas consequências teóricas que implicam, mais longe que as de outros autores anteriormente abordados:

Não se pode confundir um movimento de entusiasmo popular, fortemente apoiado pelo poder estabelecido, com um movimento revolucionário. Para que este tivesse existido teria sido necessária uma das duas coisas (ou combinação de ambas): uma consciência revolucionária generalizada; uma vanguarda coesa, organizada e firme. Nenhuma delas existia²⁷.

Esta concepção «vanguardista» impede-o de aceitar a capacidade colectiva dos trabalhadores rurais para se organizarem em movimento social autónomo²⁸ e transformar em resposta política aquilo que se não era «consciência revolucionária» era pelo menos a consciência de uma situação e de uma condição que queriam superar²⁹.

Mas o que é talvez mais interessante na sua análise é a tentativa para, a partir das considerações sobre a questão da liderança, construir uma explicação do que lhe parece serem já sinais evidentes do falhanço da R. A., nomeadamente apontando, em termos locais, as dificuldades de gestão e direcção da cooperativa então formada. Cutileiro alicerça a explicação

deste fracasso, recorrendo ao conceito de patrocínio, cujo sistema tinha já caracterizado, no seu estudo sobre o período anterior como forma de captar os processos sociais respeitantes ao sistema de poder e de relacionamento específicos dos diversos grupos sociais daquela comunidade.

Ao reincidir neste conceito, a propósito da R. A., visa o autor demonstrar que não tendo os trabalhadores rurais, por falta de experiência política, genuinamente criado as estruturas organizativas adequadas à apropriação da nova situação, faziam funcionar os velhos mecanismos das redes de patrocínio, assim contribuindo para afundar as experiências iniciadas³⁰.

Não pomos em dúvida a pertinência que para a análise sociológica algumas destas observações sugerem, sobretudo as que se relacionam com a formação e produção de *élites* num processo de mudança social, mas não cremos que os problemas então surgidos nas novas unidades de produção (NUP), nem mesmo os que numa forma geral se prendem com as dificuldades de «gestão» das transformações e das novas condições sociais surgidas com a R. A., possam unicamente imputar-se à ausência duma «vanguarda» histórica. Diferentemente do que, na visão do autor, a utilização do conceito de patrocínio parece sugerir — «resistência» da comunidade face a um modelo imposto —, julgamos que ela permite justamente restituir com clareza o sistema de relações sociais específicas dos espaços rurais, assente em relações de parentesco e vizinhança que, por sua vez, geram estruturas específicas de poder locais. É por isso que não se pode pretender que o proletariado rural tenha formas de consciência, ou, melhor, estruturas simbólico-ideológicas iguais às do proletariado industrial. Nem dele esperar (com vanguarda ou sem ela) a mesma prática política.

A tese de Cutileiro sobre a R. A. parece todavia vir reafirmar a coerência com a análise que anteriormente nos deixara sobre o funcionamento duma comunidade rural alentejana, reportada à situação política anterior.

Com efeito, ao contrário do que alguns autores pretendem atribuir-lhe, Cutileiro reconhece a existência de conflitos sociais na comunidade que toma para análise e traça-nos até elementos importantes para compreender a segmentação social segregadora dos mesmos³¹.

Mas, o espaço fechado, restrito e autoritário que o sistema latifundiário quotidianamente imprimia à vida dos que a ele estavam ligados, fortemente coadjuvado pelo poder político de então, ele próprio de extracção autoritária e natureza repressiva, conduzia certamente a coarctar aos trabalhadores rurais a possibilidade de objectivarem a sua posição de classe. O autor parece então não poder compreender a mudança, de certa forma abrupta, que se opera no sistema de relações sociais da comunidade, após o 25 de Abril. Esta «incompreensão» reside, pensamos, nos pressupostos teóricos que comandam a sua análise: os seus pressupostos funcionalistas na visão dos processos sociais leva-o a conceber aquele espaço social como um sistema fechado e coerente, com capacidade bastante para se auto-

-reproduzir, no interior do qual os conflitos sociais são absorvidos e integrados.

A verdade, porém, é que esta conceptualização do social não prevê lugar (teórico) para a mudança. E sempre que se abrem épocas de crise social, as perturbações que desequilibram internamente o sistema só podem ser explicadas em função das alterações do *exterior*. Os limites das abordagens funcionalistas tornam-se assim bastante óbvios. Se estendêssemos estes princípios de análise à sociedade global portuguesa, nunca saberíamos explicar o 25 de Abril, a menos que considerássemos o movimento que o desencadeou como *exterior* ao próprio país.

É também por isso que uma análise sobre a R. A., dada a envergadura das transformações sociais que encerra, não pode ser feita nem como um processo isolado do conjunto das transformações que ocorriam em toda a sociedade portuguesa nem, por outro lado, como se fosse uma «variável independente» que se introduz numa comunidade para explicar as alterações dos seus padrões de comportamento.

A REFORMA AGRÁRIA COMO PROCESSO SOCIAL

Partindo da perspectiva de análise, na qual concedem lugar teórico aos movimentos sociais reconhecendo-lhes autonomia e capacidade para produzir estratégias próprias, diferentes têm sido as conclusões de outros autores, igualmente preocupados em caracterizar e perceber as condições político-sociais de emergência da R. A. Elaborados, na sua maioria, mais recentemente, os estudos a que nos vamos reportar incorporam na sua análise elementos que permitem ultrapassar o debate até agora trazido à discussão, centrado, como ficou claro, no binómio Estado ou movimento social na eclosão da R. A.

Das sucessivas vicissitudes que este processo conheceu, passando das ocupações a um segundo momento que foi a constituição de novas unidades de produção, exprimindo-se em vários processos eleitorais ou manifestando-se por outras formas de participação política, conhecendo diversas orientações da parte do poder político, de tudo isto, é hoje possível beneficiar duma certa «memória» da R. A., a que não são alheios os estudos em referência.

Posto que as teses em presença, apesar de globalmente rejeitarem ao Estado o papel principal, não se reportam a uma só problemática — os movimentos sociais — nem utilizam as mesmas fontes e técnicas de observação empírica, importa principiar por uma certa individualização das mesmas.

Dos autores que privilegiadamente têm consagrado os seus trabalhos à problemática dos movimentos sociais, destacaremos, para já, V. Matias Ferreira. Num estudo pioneiro³² que procurava apreender o movimento de ocupações de terras à luz da problemática indicada, a sua análise ressentese, em termos teóricos, da complicada descrição que empreende acerca da

profusão de acontecimentos que, em catadupa, quotidianamente modificavam as condições e a natureza das lutas nos campos do Sul.

Preocupado também em não perder de vista a forma como o Estado, nas suas diferentes componentes, os partidos e as organizações sociais seguiam o processo e nele iam intervindo, o autor chega, não obstante, à conclusão de que o arranque do conjunto de acções tendentes à ocupação de propriedades é, na sua fase inicial, inteiramente desencadeado e conduzido por assalariados agrícolas que não dispunham, ao tempo, de organizações de classe (os sindicatos estavam então no seu processo de constituição) nem beneficiavam do apoio *especial* de partidos políticos que pudessem enquadrar politicamente as suas acções.

Partindo da existência dum movimento social relativamente isolado, isto é, realizando ou predisposto a realizar actos que não tinham na altura uma cobertura legal, trata-se, para este autor, de procurar conceptualizar, na esteira de Touraine, as condições em que determinados grupos sociais, transportando e exprimindo conflitos específicos às estruturas sociais em que se inscrevem, podem tornar-se actores e agentes de mudança, dando origem a movimentos cujas características, objectivos, ideologia, composição e contradições permitem restituir o sentido da ruptura social que podem realizar.

É basicamente em torno dos procedimentos enunciados que o autor constrói o quadro de explicação dos factores que estão na origem e natureza da R. A. portuguesa. E porque, quanto a nós, o faz explicitamente no seu último trabalho³³, é ele que principalmente tomaremos em referência.

O seu quadro de análise, bem como a tipologia de que se serve para apreender os movimentos sociais do proletariado rural alentejano pela apropriação da terra e de algumas camadas sociais urbanas pelo «alojamento», comporta importantes entendimentos para compreender processos sociais geradores de mudança.

A essencialidade do seu modelo reside na apreensão de como o conflito e as tensões sociais presentes no sistema social são, em determinadas conjunturas, susceptíveis de dar origem a um conjunto de acções colectivas que se transformam em movimento social e dar lugar a um quadro de rupturas sucessivas que podem fazer o sistema social global, ou parte dele, experimentar significativas alterações. Um movimento social não é, porém, nesta perspectiva, uma formação estática que tem um projecto e um programa definidos. Pelo contrário, o seu desenvolvimento ganha coesão atravessando várias fases, na sequência das quais os seus protagonistas redefinem objectivos, meios e «alianças», alargando, ou reduzindo a sua base social e política de apoio. À natureza dos movimentos sociais é, pois inerente uma adequação sociocultural permanente das «disponibilidades» dos seus agentes às «condições de origem e emergência» dos próprios movimentos.

Esquemáticamente esboçado, permite este modelo surpreender o movimento social do proletariado rural alentejano em diferentes fases da sua

dinâmica. Teríamos, assim, um primeiro momento em que se confrontou com um processo de *naturalização*, apropriando-se das herdades que estavam ao abandono (visando os proprietários absentistas), passando, num segundo momento em que se alarga a sua base social com o apoio de assalariados permanentes, a situar-se num processo de *protesto político-institucional* em que se visa não só o absentismo mas agora também as componentes do capitalismo agrário latifundista (ocupando indiscriminadamente herdades sub ou razoavelmente aproveitadas)³⁴.

É evidente, como adverte o próprio autor, que a ruptura com o processo de naturalização se faz em conexão com a publicação então surgida de diplomas legais sobre R. A., o que nada tem a ver com uma determinação do Estado. Na óptica do autor, a intensificação das ocupações na altura de publicação de leis da R. A. prende-se com outra questão: tem a ver com a necessidade dos movimentos sociais, pela natureza das acções desencadeadas, procurarem uma legitimação política, social e ideológica para as suas práticas. Dar continuidade a um movimento já iniciado e para ele conseguir legitimação, era decerto a leitura que dos diplomas legais fizeram os trabalhadores rurais.

Nesta conceptualização dos movimentos sociais resta-nos abordar aquilo que constitui um dos seus pontos nodais e que se reporta à sua fase de institucionalização política. Aqui se recorta o problema da autonomia dos movimentos sociais e que, nas palavras do autor, remete para a «abordagem do sistema de relações entre a 'sociedade civil' e o 'Estado'».

A fase de institucionalização corresponde, como a própria designação deixa perceber, ao período em que o poder político procura integrar (ou recuperar) as lutas e acções desencadeadas. Também ao nível da intervenção estatal se não perspectiva a sua acção de forma estática: «Não só o movimento social mas também algumas formas de intervenção política, se organizaram em torno de uma *dupla dialéctica* da respectiva formação social, isto é, em torno de processos de identificação e/ou contraposição sociocultural, mas igualmente em função de mecanismos de reprodução e/ou transformação sociopolítica»³⁵.

Em função deste entendimento podemos compreender, por exemplo, a criação de organismos do Estado como os Centros Regionais de Reforma Agrária (CRRAs) que, apesar de serem dele emanção, reformularam, quantas vezes, as suas directivas, num acto de adaptação (e «aprendizagem») à natureza do movimento social³⁶. À luz destas considerações deve ser discutido o problema da autonomia dos movimentos sociais. Mas não temos dúvidas em reconhecer, perante este modelo, que Estado e movimento social entram em determinada fase numa dinâmica «conjunta» onde, apesar das respectivas lógicas e objectivos serem distintos, se subsuem influências recíprocas. O que só é possível se admitirmos teoricamente que os movimentos sociais preservem sempre uma margem de autonomia face às instituições políticas ou sociais com as quais interagem.

M. Vester integra também o seu trabalho sobre a R.A portuguesa na

problemática dos movimentos sociais. Filiando-se, porém, numa outra tradição teórica, utiliza categorias analíticas que visam sobretudo captar, por um lado, a especificidade da sociedade rural alentejana nas suas formas próprias de sociabilidade e, por outro, as novas formas de aprendizagem e participação político-sociais surgidas com o processo de R. A.³⁷

Dedicando boa parte do seu estudo à análise dos processos sociais que estão na base do funcionamento das novas unidades de produção, aponta este autor para elementos explicativos da R. A. que radicam principalmente na «tradicional cultura do quotidiano, da economia moral, do *habitus* e dos costumes das comunidades rurais do Alentejo»³⁸. Eis uma proposta que embora, como o próprio autor sublinha, necessite de comprovação empírica mais aprofundada contém importantes pistas de análise a fixar para o desenvolvimento de futuras investigações sobre o assunto.

Do conjunto das hipóteses de explicação avançadas, interessa-nos reter as que se prendem com a caracterização social e cultural dos grupos sociais ligados à R. A. Em ordem a tal caracterização, Vester aponta o *igualitarismo* e a *solidariedade* como duas dimensões simbólicas fundamentais das práticas sociais dos trabalhadores rurais, na base das quais estaria a predominância de modelos colectivistas seguidos pelas cooperativas. Tais dimensões fariam de há muito parte dos valores tradicionais da cultura alentejana e o seu enraizamento social radicaria na vivência comunitária de uma sociedade rural pré-capitalista, regulada por princípios de igualdade e subsistência. Dos princípios que regulam o funcionamento das cooperativas e os espaços rurais abrangidos pela R. A. fariam ainda parte outras dimensões do quadro de valores da sociedade rural alentejana e que o autor identifica com uma visão do mundo baseada na divisão entre ricos e pobres, radicando nas condições sociais de existência do sistema latifundiário, com a predominância de um saber empírico baseado em experiências concretas por oposição ao saber analítico e racional, e com a existência de comportamentos e atitudes fatalistas geradas em «experiências históricas de impotência», tudo isto contribuindo para a formação de um «cepticismo camponês» em relação a orientações que não provenham da experiência vivida.

Por outro lado, procurando dar conta duma certa diferenciação social existente entre os grupos sociais ligados à R. A., da qual resultaria o que designa por «contradições no seio do povo», distingue dois tipos de mentalidade, uma «mais tradicional, atrasada e individualista», outra «mais moderna, esclarecida e solidária», às quais corresponderiam, respectivamente, os estratos sociais da pequena agricultura e os assalariados agrícolas.

A conjugação das dimensões simbólicas apontadas, presentes nas relações sociais do espaço rural alentejano, permitiriam explicar as contradições e dificuldades mas também «o potencial de desenvolvimento» das novas condições e novas experiências sociais surgidas com a R. A.

Construir o quadro interno à sociedade rural em que se desenrolou a luta pela R. A., pela sua autonomia e afirmação, mais tarde, pela sua pró-

pria sobrevivência e dos que nela se envolveram a partir «das experiências e tradições da cultura alentejana» procurando, ao mesmo tempo, não perder de vista os processos de aprendizagem³⁹, ou seja, o novo quadro de socialização, onde as anteriores experiências vêm desaguar, parece-nos procedimento sociológico cuja pertinência e cujas potencialidades não deixam dúvidas.

Existem, todavia, algumas formulações neste trabalho que julgamos útil questionar.

Em primeiro lugar, a tentativa para fazer enraizar as práticas de igualitarismo e solidariedade num sistema social longínquo e anterior ao latifúndio, cuja herança se manifestaria ainda hoje na existência de uma economia de subsistência destinada a ajudar as populações em épocas de crise económica ou de trabalho.

Ora, segundo diversos autores⁴⁰ a história agrária alentejana tem sido desde tempos imemoriais marcada pela estrutura do latifúndio que, embora atravessando diferentes ciclos históricos a que correspondem diferentes estruturas agrárias, instalou de há muito no Sul do país um regime agrário conflitual, justamente por privar a maior parte da população de meios de existência alternativos àquele regime.

O igualitarismo parece, pois, ser um valor directamente ligado à condição proletária, originada pelo domínio secular do latifúndio.

Por outro lado, julgamos pouco claras as relações de casualidade que o autor restabelece entre a economia de subsistência e a *economia moral* subjacentes a anteriores formas económicas. A questão da solidariedade não parece ser um problema específico à sociedade rural alentejana, a não ser quando articulada com o igualitarismo. Certas formas de solidariedade — como parece ser a que está na base da chamada economia de subsistência — são próprias das comunidades rurais cujas relações sociais, se assentam numa estrutura de classes ou grupos sociais, também relevam igualmente de relações de parentesco, interconhecimento e vizinhança que geram, nestes espaços, formas próprias de entreaajuda, solidariedade e protecção⁴¹.

Além disso, as quebras de solidariedade que o autor identifica mais com os estratos ligados à pequena agricultura, em virtude da sua «mentalidade individualista» e «atrasada», podem também encontrar-se nas próprias clivagens internas do grupo dos assalariados agrícolas — permanentes e eventuais, pastores e tratadores de gado, tractoristas, velhos e novos, dirigentes e dirigidos, etc. —, exprimindo-se socialmente com maior ou menor intensidade em função das estratégias a adoptar perante específicas condições sociais de existência.

O que parece talvez mais interessante será questionar se o igualitarismo e a solidariedade herdados do sistema latifundista transitarão com as mesmas características para uma sociedade onde aquele parece irreversível e onde as transformações sociais, mudando o quadro de vida e de socializa-

ção dos grupos sociais, poderão vir a colocar outras aspirações e outros valores. Eis uma questão a averiguar em futuras investigações.

De resto, é o próprio autor que adianta as primeiras pistas nesse sentido, nomeadamente chamando a atenção para as formas de diferenciação social desencadeadas a partir dos processos de aprendizagem originados em novas experiências de vida, de interação social e de abertura ao exterior proporcionados pelo processo de R. A.⁴²

Preocupado em identificar as determinações que terão conduzido ao processo de R. A. e aos aspectos que este veio a assumir, A. Barros⁴³ concentra fundamentalmente a sua atenção na análise dos processos sociais ocorridos no período que vai do latifundismo à R. A. Interessado em captar fundamentalmente este período de transição, é este autor conduzido a empreender uma profunda análise do funcionamento do sistema latifundiário.

A este nível, a sua principal contribuição consiste em ter operacionalizado o conceito de latifundismo proposto por Sevilla-Guzmán. De acordo com esta conceptualização o latifundismo não é apenas definido como um sistema económico mas antes como um *sistema local de dominação de classe*, tornando possível apreendê-lo na sua pluridimensionalidade de sistema social⁴⁴.

Nesse sentido, o latifundismo deixa de ser apenas um sistema de agricultura caracterizado por situações de gigantismo fundiário e de extensividade cultural, para ser, sobretudo, um sistema que «ao monopolizar a terra e os meios de produção em restrito grupo e ao cortar a população de outras alternativas de subsistência, imprime forte coesão ao espaço social e tem por efeito fundamental a unificação dos habitantes do território por oposição ao grupo de que dependem»⁴⁵.

O percurso metodológico adequado à operacionalização de tal entendimento exigiu que se elegeisse a *comunidade rural* (e não a empresa ou exploração agrícola) como unidade analítica indispensável à apreensão da organização social que tal sistema imprime aos espaços sociais a que directamente estende o seu domínio. É assim que partindo da análise minuciosa dos processos sociais que se desenrolam numa aldeia do Baixo Alentejo, no período que medeia a revolução de Abril, o desencadear das ocupações e a constituição das NUP, este autor tem a possibilidade de reconstituir os pressupostos em que assentava o sistema latifundiário, bem como os mecanismos da sua reprodução, ao mesmo tempo que vai recortando sucessivos elementos que concorrem para a caracterização do *habitus* dos trabalhadores rurais, procedimento que se afigura indispensável para compreender as transformações sociais que tiveram lugar no Sul do país.

A longa abordagem que o autor faz em torno deste sistema exige que procuremos sintetizar as suas principais perspectivas.

A desapropriação social é, nos espaços sociais latifundistas, levada às suas últimas consequências. A ela se alia, indissolúvelmente, o elevado grau de coercividade deste sistema que se traduz na sua natureza acentua-

damente autoritária e repressiva. Com efeito, os latifundiários, não só monopolizavam as condições sociais de existência da comunidade⁴⁶ como estendiam o seu poder a mais amplas esferas. Controlando as instituições político-administrativas locais e regionais, integrando-se no bloco no poder, dispondo da intervenção económica do Estado para a realização de obras públicas no combate ao desemprego e do seu aparelho repressivo para conter e prevenir os conflitos suscitados por tão vincada assimetria social, expressamente convertiam os latifundiários o seu poder económico em declarada dominação política⁴⁷.

A ordem social, tão fortemente coerciva, que o latifundismo imprimia, afastando de todos os centros de decisão política, social e económica os que na sua directa dependência viviam, ao «cercear as condições organizativas e institucionais de afirmação e intervenção dos dominados nas diversas instâncias da cena social» contribuiu para que entre os trabalhadores rurais se gerasse uma especial interiorização do conflito social.

É assim que prestando atenção a algumas dimensões simbólicas do conflito presente nesta estrutura social, tem este autor a possibilidade de compreender que tal cerceamento não impedia, no entanto, da parte dos trabalhadores rurais, «uma visão das relações sociais de produção como relações de exploração». A «visão do mundo» ou o sistema de representações do proletariado alentejano constitui assim a chave para interpretar as práticas sociais surgidas entre este grupo, no pós-25 de Abril, as quais se não haviam logrado manifestar-se em período histórico anterior estavam de há muito inscritas no seu *habitus*.

A recusa da ordem social latifundista, implicando a não interiorização e aceitação dos seus valores, entre os quais o da propriedade privada, é facilmente apreensível na sequência dos acontecimentos que agitaram a comunidade em referência a seguir à revolução de Abril e a que o autor consagra demorada atenção. Repartindo a sua análise pelas quatro modificações fundamentais que, em diversos planos, contribuíram para inviabilizar a reprodução do sistema latifundiário antes da R. A., a saber, a rápida constituição de estruturas organizativas de iniciativa popular, o controlo dos organismos de poder local até aí dominados pelos latifundiários, a reorganização do espaço físico e a imposição, em conjunto com o sindicato, de novas relações laborais demonstra o autor existir entre os trabalhadores rurais um potencial que, fundado na recusa da ordem social latifundista, fazia emergir um conjunto de acções prenunciadoras de um novo sistema de relações sociais⁴⁸.

O processo de ocupações em que vieram desembocar aquelas experiências sociais é disso exemplarmente significativo. Repousando no não reconhecimento do direito de propriedade, para mais descodificada como fundamento da desigualdade social, privilegiando formas colectivas de organizar o trabalho e a vida social, as ocupações de terras e demais lutas sociais em torno da R. A. consubstanciaram a existência de representações

sociais no seio do proletariado alentejano tendentes à superação do latifundismo com vista a uma nova ordem social.

Apoiado em vasta fundamentação empírica, o trabalho de A. Barros é sem dúvida um estudo importante, onde se procuram cruzar diversos planos de análise, conjugar diferentes perspectivas, no sentido de contextualizar com o máximo de intensidade possível fenómenos de âmbito marcadamente local. As limitações introduzidas na sua análise, nomeadamente restringindo a temporalidade dos processos sociais estudados, deixam em aberto algumas propostas analíticas que se desejava ver continuadas e aprofundadas, em particular sobre o sistema de representações do proletariado agrícola que a sociologia rural em Portugal tem marginalizado — nesse passo, acompanhando a marginalização social desse grupo e da região com que se identifica na sociedade portuguesa. As linhas de análise sob este aspecto esboçadas, bem como as opções metodológicas que viabilizam essa análise, mereceriam, quanto a nós, ser retomadas e eventualmente dirigidas para problemáticas mais específicas. A título de exemplo, o suporte político-eleitoral ao PCP e os processos de identificação do proletariado rural com o *corpus* ideológico desse partido têm sido sistematicamente admitidos como um dado e jamais mereceram investigação aturada. Este ponto específico, que aqui nos surge apenas como um exemplo entre outros, é tanto mais importante quanto as divergentes posições teórico-ideológicas, que se nos apresentam como pontos de partida na análise do processo social da R. A. portuguesa, revelam uma grande assimetria quanto ao papel político do PCP no desenrolar desse processo — com diferentes gradações ou é ignorado na análise ou é visto como o seu agente por excelência — e uma incompreensível coincidência quanto ao não tratamento dessa questão.

ECONOMIA E FORMAS ORGANIZATIVAS DA REFORMA AGRÁRIA

A maior parte dos trabalhos que se debruçaram sobre a economia e organização interna das NUP, bem como sobre as relações e formas de articulação do sector colectivo da produção agrícola com o sistema económico global, apesar da justeza e profundidade de algumas análises, denota uma clara natureza conjuntural.

Mas se o seu carácter conjuntural dificulta uma visão global e de conjunto do processo de R. A., perspectivada sob o ponto de vista económico e de política económica, resultou possível acompanhar algumas contradições e ambiguidades do processo político-social de desenvolvimento e estrangulamento da R. A., das forças e interesses conflituais em jogo, interligando o plano político global e do poder de Estado com as estratégias de sobrevivência e resistência ao nível económico encetadas pelo sector da R. A.

Nomeadamente, as consequências da Lei 77/77 e das medidas de política agrária que constituíram a sua subsequente aplicação ao sabor das colorações políticas dos sucessivos Governos constitucionais e às suas repercussões na vida económica interna das NUP e do sector colectivo no seu conjunto, foram então cabalmente esmiuçadas e seria moroso refazer aqui, ainda que sucintamente, a sua história.

Aspecto relevante deste processo é, contudo e também, o que se prende com a natureza organizativa das NUP na medida em que nos permite passar da sua caracterização meramente económica — organização da produção, vias de comercialização e transformações no sistema cultural anterior — para o projecto societal imanente no movimento social da R. A.

Nesta perspectiva, uma primeira observação é a de que, segundo A. Barros «... a configuração das NUP resultou de uma dinâmica local e regional, fortemente participada, em que intervieram, para além de condicionalismos locais distintos, diferentes projectos políticos partidários» em que o PCP foi a força política mais influente mas não a única⁴⁹. Se no seu conjunto prevaleceu um esforço da concentração da terra, da força de trabalho e dos meios de produção em relação à situação anterior à R. A., tal facto processou-se com graus diversos de intensidade, com características estruturais por vezes distintas e específicas, assinaláveis para cada região, de que emergiram dois tipos organizacionais específicos: as UCP e as CPA. Estas últimas resultaram, na sua maioria, do processo que foi globalmente designado por «desanexações» e que veio revelar a capacidade de influência de outras forças políticas para além do PCP, nomeadamente o PS, sendo também exemplares da força e primazia das dinâmicas locais e internas ao movimento social bem como das suas contradições e do seu esforço organizativo⁵⁰.

A natureza colectivista das NUP e a adopção generalizada do salariado aparecem desde logo como características marcantes a assinalar a marginalização do campesinato parcelário e a forte influência dos trabalhadores eventuais.

Aliás, a luta pelo emprego prolongou-se com a R. A. na própria vida económica das NUP, sob a forte influência dos trabalhadores temporários⁵¹. Simultaneamente, a tentativa de imposição de um modelo institucional às formas organizativas da R. A. — e que no próprio texto constitucional deixou marcas com a expressão ambígua «outras formas de exploração colectiva» proposta pelo PCP — deu lugar a que no próprio terreno se impusessem experiências de organização diferenciadas, de que sobressaiu o modelo híbrido da UCP, remetendo para um plano abstracto a discussão sobre a sua filiação no modelo da empresa estatal ou no da associação cooperativa em sentido estrito. A opção de índole colectivista adoptada, ao assumir natureza associativa e não estatal, reflecte as formas concretas em que ocorreu a transferência da posse da terra em face de uma intervenção estatal indefinida e inconsistente.

Reflecte igualmente as experiências de uma gestão democrática com maior ou menor grau de centralização que aos diferentes níveis organizativos — da unidade produtiva aos organismos de centralização concelhios e distritais — se constituíram em processos de aprendizagem privilegiados das novas relações sociais instauradas nos campos do Sul com a R. A. e cujo estudo sociológico apenas iniciado — na linha das tentativas empreendidas por Vester e Barros — se nos revela essencial para compreender a profundidade das transformações aí operadas, as razões do seu bloqueamento e as perspectivas do momento presente para o desenvolvimento da região⁵². É ainda para a necessidade de aprofundar um tal estudo que parece apontar um eminente economista da R. A. ao falar desse processo em termos de uma «conquista do espaço de sociabilidade pelos trabalhadores» ao latifúndio e ao grande capitalismo agrário⁵³.

Do mesmo modo nos parece dever ser tratada a resistência dos trabalhadores à desagregação da R. A. Com efeito, e contando à partida com um contexto marcado pelos seus mecanismos de inserção e articulação com o sistema económico global que lhe não era favorável — os princípios da racionalidade económica capitalista eram-lhe necessariamente adversos —, o sector colectivo da produção agrícola também se não mostrou totalmente incompatível com os parâmetros de funcionamento do sistema capitalista, podendo até facilitar a captação do excedente por parte de outros sectores⁵⁴. No entanto, as condições e a política de inviabilização do sector colectivo de produção agrícola pela sua redução pura e simples (entrega de reservas) ou pelas formas de captação do excedente (captação directa como no caso da cortiça ou pelos mecanismos económicos da renda diferencial, do crédito e da inserção subordinada nos mercados a jusante e a montante)⁵⁵, constituíram um desafio a que os trabalhadores da R. A. nem sempre responderam com a mesma eficácia. Designadamente, Baptista chama a atenção para o facto de que, face aos mecanismos da economia de mercado, as vias para aumentar a produção e defender o emprego não contribuíam para atenuar as dificuldades económicas. Assim, aponta para a necessidade de reconversão do sistema de produção do sector da R. A. em função da sua lógica económica própria, nomeadamente pela via de intensificação e diversificação da produção, redução da dimensão das unidades produtivas para obviar à complexidade da sua gestão, pela complementarização da contenção salarial com autoconsumo colectivo, etc.

De resto, o exemplo da contenção salarial é paradigmático: pela via de contratação colectiva essa contenção acabava por se estender, beneficiando-o, ao próprio capitalismo agrário.

Embora sem alternativa — obedecer à lógica do capitalismo agrário recorrendo a trabalho sazonal era negar os princípios de autolegitimação da R. A. — a vulnerabilidade do ciclo emprego/contenção salarial representava a própria vulnerabilidade da R. A.⁵⁶. De qualquer modo, as sucessivas medidas de aplicação da Lei 77/77 — expressão das próprias condições no seio das forças políticas e sociais apostadas na inviabilização da

R. A. — parecem apresentar como única linha de coerência essa tentativa de inviabilização, carecendo de claro projecto alternativo⁵⁷.

Obedecendo a estratégias de sobrevivência⁵⁸ de modo a assegurar o nível de emprego e a unidade e identidade dos trabalhadores, a resistência destes à desagregação da R. A., assentando numa «enraizada tradição de luta» e numa base organizativa não negligenciável, visa sobretudo, no dizer de Baptista, «defender o espaço onde se vive o quotidiano, pois enquanto este for dominado pelos trabalhadores tudo continua a parecer possível»⁵⁹.

Fica-nos a sugestão — consciente e explícita neste autor — de que o processo social da R. A. e as transformações que desencadeou nos campos do Sul se não restringe ao que a visibilidade da perspectiva político-económica nos permite alcançar, designadamente ao espaço da organização produtiva. As relações sociais foram profundamente alteradas e, com elas, o campo da consciência dos agentes dessa transformação, estruturante das práticas sociais presentes e futuras, não terá ficado incólume perante tal profundidade de experiências sociais. Embora beneficiando dos resultados de algumas abordagens anteriormente referenciadas, tal problemática permanece um campo aberto à investigação social.

Janeiro de 1987

NOTAS

¹ Veja-se a propósito, A. Barros; J. Gil Nave e Manuela Reis, *Elementos de caracterização socioeconómica da região Alentejo — distritos de Beja e Évora* (mimeografada, 1986, 163 páginas, que constitui o primeiro relatório para o projecto «Reforma Agrária e Desenvolvimento no Sul de Portugal» e ainda estudos diversos que com alguma regularidade a Comissão de Coordenação da Região Alentejo (CCRA) vem publicando, entre os quais poderemos destacar: CCRA, *Estudo de viabilidade para a criação de centros de formação profissional na região Alentejo. Diagnóstico da situação regional*, vol. I, Évora, ed. do A., 1982, 328 páginas; CCRA, *Alguns indicadores sobre a região Alentejo*, Évora, ed. do A., 1984, 73 páginas; CCRA, *Análise e diagnóstico da situação regional*, vol. IV *Sectores Económicos (agricultura, silvicultura e pecuária, pesca, indústria extractiva e transformadora, turismo, construção civil e obras públicas)*, Évora, ed. do A., 1983, 212 páginas; CCRA, *Plano de Saúde para a região Alentejo*, vol. I, Diagnóstico da situação. Problemas prioritários — objectivos e estratégias, Évora, ed. do A. 1985, 385 páginas.

² Sobre esta questão, veja-se também F. Oliveira Baptista, «Trabalhadores agrícolas e agricultores familiares — Dez anos de factos, debates e projectos», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.ºs 18-19-20, Fev. 1986, pp. 411-415.

³ Vd. nomeadamente, A. Barreto, «O Estado e a Reforma Agrária: 1974-1976», *Análise Social*, vol. XIX, n.ºs 77-78-79, 1983, pp. 513-577; *ibidem*, «Classe e Estado: os Sindicatos na Reforma Agrária», *Análise Social*, vol. XIX, n.º 80, 1984, pp. 41-49 e ainda *ibidem*, *Anatomia de Uma Revolução — A Reforma Agrária em Portugal. 1974-1976*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1987.

⁴ J. Cutileiro, *Ricos e Pobres no Alentejo*, Lisboa, Sá da Costa, 1977 (ed. original *A Portuguese Rural Society*, 1971) e J. Pacheco Pereira, *Conflitos Sociais nos Campos do Sul em Portugal*, Lisboa, Publicações Europa-América (s/d); *ibidem*, «Atitude do trabalhador rural alentejano face à posse da terra e no latifúndio» in A. Barros (org.) *A Agricultura Latifundiária na Península Ibérica*, Oeiras, CEEA/IGC, 1980, pp. 136-186.

⁵ J. Cutileiro, *op. cit.*, p. 415.

⁶ De entre os diversos trabalhos dos autores que genericamente perfilham esta interpretação, permitimo-nos destacar: A. Barros, *A Reforma Agrária em Portugal — Das Ocupações de Terras à Formação das Novas Unidades de Produção*, Oeiras, CEEA/IGC, 1979; *ibidem*, *Do Latifundismo à Reforma Agrária — O Caso de Uma Freguesia do Baixo Alentejo*, Oeiras, CEEA/IGL, 1986; F. Oliveira Baptista, *Portugal 1975 — Os Campos*, Porto, Afrontamento, 1978; *ibidem*, «Trabalhadores Agrícolas e...» *Rees*, n.ºs 18-19-20, Fev. 1986, pp. 411-415; Vítor Matias Ferreira, *Da Reconquista da Terra à Reforma Agrária*, Lisboa, ed. A Regra do Jogo, 1977; *ibidem*, «A Cidade e o Campo uma leitura comparada do movimento social», *Revista Crítica de Ciências Sociais* n.ºs 18-19-20, Fev. 1986, pp. 549-578; Michael Vester, «A reforma agrária portuguesa como processo social», *Revista Crítica de Ciências Sociais* n.ºs 18-19-20, Fev. 1986, pp. 482-516.

⁷ Referimo-nos às publicações já citadas de António Barreto e José Pacheco Pereira e ainda a Teresa Almada, *Diário da Reforma Agrária*, Lisboa, Europa-América, (s/d); M. João Costa Macedo, *Geografia da reforma agrária*, Lisboa Europa-América, (s/d) e Manuel Lucena, *Revolução e Instituições*, Lisboa, Europa-América (s/d).

⁸ Vd. A. Barreto, *op. cit.*, 1983, p. 550.

⁹ Henrique Barros, «O Latifúndio: tentativa de caracterização económica», in A. Barros (org.), *A Agricultura Latifundiária na Península Ibérica*, Oeiras, CEEA/IGC, 1980, p. 26 (sublinhados nossos).

¹⁰ Vd., p. ex. A. Barros, *op. cit.*, 1979 e 1986; H. Barros, *op. cit.*, pp. 15-28, E. Caldas Castro, *A Agricultura Portuguesa no Limiar da R. A.*, Oeiras, CEEA/IGC, 1978; Carlos Silva, *Reforma Agrária, Sociedade Integrada e Recursos Naturais*, Oeiras, CEEA, IGC, 1979.

¹¹ Vd. F. Oliveira Baptista, «Economia do latifúndio: o caso português», in A. Barros (org.) *A Agricultura Latifundiária na Península Ibérica*, Oeiras, CEEA/IGC, 1980, pp. 366-370.

¹² M. Vester, *op. cit.* 1986, p. 513.

¹³ M. Merleau Ponty, *Phénoménologie de la perception*, Paris, Gallimard, 1981, p. 108 (ed. original: 1945), citado em M. Vester, *op. cit.* p. 513.

¹⁴ A. Barreto, *op. cit.* 1983, p. 573.

¹⁵ Vd. p. ex., J. P. Pereira, *op. cit.*, (s/d) e J. Cutileiro, *op. cit.*

¹⁶ F. Oliveira Baptista, *op. cit.*, p. 414.

¹⁷ J. P. Pereira, *op. cit.*, (s/d), p. 223.

¹⁸ Neste sentido, argumenta F. O. Baptista, *op. cit.*, 1986, p. 413.

¹⁹ J. Madureira Pinto, *Estruturas Sociais e Práticas Simbólico-Ideológicas nos Campos. Elementos de Teoria e Pesquisa Empírica*, Porto, ed. Afrontamento, 1985, mostra como as condições sociais de existência do campesinato geram estruturas simbólico-ideológicas produtoras de uma visão do mundo que tem forte correspondência com o discurso religioso. Neste sentido vão igualmente as teses de Raúl Iturra de que se pode consultar Raul Iturra «Práticas religiosas em Portugal», in AA. VV. *Aspectos do Portugal Rural*, Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais, Braga, 1986, pp. 139-155 e *ibidem*, «Casamento, ritual e lucro: a produção de produtores numa aldeia portuguesa (1862-1983)», *Ler História*, n.º 5, 1985, pp. 59-81.

²⁰ J. P. Pereira, *op. cit.*, (s/d), p. 224.

²¹ J. P. Pereira, *op. cit.*, (s/d), p. 234.

²² J. P. Pereira, «As lutas sociais dos trabalhadores alentejanos: do banditismo à greve», *Análise Social*, vol. XVI, n.ºs 61-62, pp. 135-156.

²³ *Ibidem*, *op. cit.*, pp. 147-156.

²⁴ Reportando-se sensivelmente à mesma época, a propósito da figura do José Telhado, com outras fontes, outros objectivos e a sua especial sensibilidade em relação a outra realidade rural, onde dificilmente se produziria um processo de ocupações de terras, Agustina Bessa

Luis escreve: «A verdade é que entre o povo, a noção de propriedade está por de mais arriçada para que um ladrão, por mais heróico e altruísta, não seja julgado como infame [...] Esses famosos capitães-bandoleiros que o vício romântico faz mártires e faz glórias nacionais, não passam entre os seus conterrâneos senão por homens cujas virtudes foram reduzidas a instrumentos de perdição e de crime.» In Augustina Bessa Luis, *A Sibila*, Lisboa, Guimarães Ed., (s/d) (7.ª ed.), p. 29.

²⁵ Cf. J. Cutileiro, *op. cit.*, p. 415.

²⁶ Consulte-se entre outras colectâneas, A. Modesto Navarro, *Poetas Populares Alentejanos*, Lisboa, ed. Vega, 1980. Em A. Barros, *op. cit.*, 1986, pp. 466-470, pode encontrar-se uma primeira tentativa de integrar no conhecimento da questão a poesia popular.

²⁷ J. Cutileiro, *op. cit.*, p. 416.

²⁸ Dois outros autores atribuem a Cutileiro uma concepção leninista da revolução. Cf. Sandra Clarck e Brian O'Neil, «Agrarian reform in Southern Portugal», *Critic of Anthropology*, vol. 4, n.º 15, 1980, p. 73.

Sobre a capacidade colectiva do proletariado rural, E. Hobsbawn afirma: «O proletariado, tal como o campesinato, é por definição uma classe que só colectivamente pode agir, contudo, ao contrário do campesinato, a sua experiência de trabalho demonstra-lhe, quotidianamente, que só colectivamente pode agir ou nada é possível (*or not at all*)». Cf. Hobsbawn, E., «Class consciousness in History», in I. Mészáros (org.) *Aspects of history and class consciousness*, London, Routledge and Hegan Paul, 1971, p. 14 (citado em Sidney Mintz, «The Rural Proletariat and the Problem of Rural Proletarian Consciousness», *Journal of Peasant Studies*, vol. 1 [3], 1974, p. 310).

²⁹ É o próprio autor quem o afirma: «[...]um dos aspectos que separa o Alentejo de outras regiões de Portugal é que enquanto em algumas destas a referência ao *statu quo ante* fornece um modelo de sociedade contraponível ao actual e viável como alternativa, no Alentejo, o *statu quo ante*, é, para a enorme maioria da população, indesejável.» Cf. J. Cutileiro, *op. cit.*, p. 414.

³⁰ Veja-se o que o autor diz a propósito: «O prejuízo moral é maior — cada uma das direcções das cooperativas relata histórias pormenorizadas de abuso de poder da outra que caem dentro das categorias tradicionais dos abusos da estrutura anterior —, favorecimento de compadres, sedução de mulheres de subordinados (as direcções consideram-se acima dos outros membros), intriga política junto dos centros de poder...» *op. cit.*, p. 415.

³¹ J. Cutileiro, *op. cit.*, pp. 53-120. Sob outras interpretações do trabalho de Cutileiro, cf., p. ex., F. Baptista, *op. cit.*, 1986, p. 414.

³² V. M. Ferreira, *op. cit.*, 1977.

³³ V. M. Ferreira, *op. cit.*, pp. 549-578.

³⁴ *Ibidem*, *op. cit.*, 1986, p. 557.

³⁵ *Ibidem* *op. cit.*, p. 575 (sublinhado do autor).

³⁶ Sobre a intervenção estatal nas alterações fundiárias surgidas com o processo de R. A., escreve o autor: «Daí falarmos de socialização da apropriação e não da propriedade, o que não é contraditório com o facto de o movimento pressionar o Estado no sentido de racionalizar e expropriar grande parte do património entretanto apropriado pelo movimento [...] como se o movimento social reservasse para si a iniciativa da mudança ao nível das relações de apropriação, deixando ao Estado — ou 'a quem de direito' — a resolução e a regularização das respectivas relações de propriedade.» *Op. cit.*, 1986, p. 565.

³⁷ M. Vester, «A reforma agrária portuguesa como processo social», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.ºs 18, 19, 20, Fev., 1986, pp. 482-516.

³⁸ *Ibidem*, *op. cit.*, p. 490.

³⁹ A este propósito veja-se como o autor procura operacionalizar o conceito de *opinião pública* de J. Habermas e que nos parece um conceito a ter em conta para analisar os movimentos sociais numa perspectiva dinâmica. *Ibidem*, *op. cit.*, pp. 511-514.

⁴⁰ Entre outros, podemos citar: Castro E. Caldas, *op. cit.*, 1978; Albert Silbert, *Le Portugal Méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime. Contribution à l'histoire agraire comparée*, Lisboa, INIC, 1972 (2.ª ed.); Carlos Silva, «Acerca da génese das relações de produção características do latifúndio em Portugal — Tentame de enquadramento dos factores da sua

formação», in A. Barros (org.) *A Agricultura Latifundiária na Península Ibérica*, Oeiras, CEEA/IGC, 1980, pp. 47-98; Miriam Halpern Pereira, *Livre Câmbio e Desenvolvimento Económico*, Lisboa, Sá da Costa, 1983 (2.ª ed.) e Orlando Ribeiro, *Mediterrâneo. Ambiente e Tradição*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1968.

⁴¹ J. Madureira Pinto, *op. cit.*, 1985.

⁴² *Ibidem*, *op. cit.*, pp. 513-514.

⁴³ A. Barros, *op. cit.*, 1979.

⁴⁴ E. Sevilla-Guzman, «Reflexiones teoricas sobre el concepto sociologico de latifundismo», in A. Barros (org.), *A Agricultura Latifundiária na Península Ibérica*, Oeiras, CEEA/IGC, pp. 29-46.

⁴⁵ A. Barros, *op. cit.*, 1986, p. 143.

⁴⁶ No quadro deste sistema, os trabalhadores rurais não constituíam mão-de-obra livre, no sentido marxista da expressão. Conforme nota o autor, este sistema de agricultura, «pela sua marcada descontinuidade temporal, implicava — e exigia — o desajustamento por excesso das disponibilidades de força de trabalho em relação às respectivas necessidades», A. Barros, *op. cit.*, 1986, p. 285, (sublinhados nossos).

Assim, o domínio latifundiário coarctou desde sempre, local e regionalmente, outras alternativas de emprego, por forma a fixar mão-de-obra necessária à manutenção daquele desajustamento. É nesse sentido que alguns autores, atendendo às características expostas, não hesitam em qualificar este sistema como «sistema repressivo de mão-de-obra agrícola». (Cf. E. Sevilla-Gúzman, *op. cit.*, p. 36.)

⁴⁷ A. Barros, *op. cit.*, 1986, p. 285 e seg.

⁴⁸ *Ibidem*, *op. cit.*, 1986, p. 381 e seg.

⁴⁹ A. Barros, *op. cit.*, 1979, p. 108.

⁵⁰ *Ibidem*, *op. cit.*, pp. 108 e seg. e 132-133 e F. Baptista, *op. cit.*, 1986, pp. 422-423. De resto, o estudo do caso levado a efeito por A. Barros é exemplar da importância das dinâmicas locais já que não só no processo de ocupação mas no esforço organizativo se impôs o projecto cooperativa com futura união, à revelia da direcção sindical defensora do projecto UCP. Sobre este caso, ver ainda o estudo económico de Carlos Borges Pires, *As Cooperativas de Produção Agrícola da Freguesia de Albernoa*, Oeiras, CEEA/IGC, 1981 e *ibidem*, *Política de Emprego e Intensificação das Actividades Desenvolvidas numa Cooperativa de Produção Agrícola*, Oeiras, CEEA/IGC, 1981.

⁵¹ A. Barros, *op. cit.*, 1979, pp. 117 e segs. e F. Baptista, *op. cit.*, 1986, p. 416. É essencialmente a partir destes trabalhos que se constrói a síntese que se segue.

⁵² Ver o que a este respeito se escreve em A. Barros, *op. cit.*, p. 512 e segs.

⁵³ Vd. F. Baptista, *op. cit.*, 1986, p. 426.

⁵⁴ Carlos Figueiredo, «Limites das formações económicas diferenciadas — caso da reforma agrária», *Economia e Socialismo*, n.º 35, 1979, pp. 3-14. Este autor faz notar que a R. A., enquanto «formação económica diferenciada» não alterou significativamente as estruturas agrárias nacionais e que as suas transformações e progressos económicos tiveram reduzidos impactes a nível nacional em virtude do contributo minoritário da ZIRA no PAB» (*op. cit.*, pp. 4-9), facto para o qual A. Barros também chamava a atenção (*op. cit.*, 1979, p. 29).

⁵⁵ Sobre o assunto, ver, nomeadamente, Álvaro Bandarra e Nelly Jazra, «A transformação das estruturas agrárias em Portugal», *Economia e Socialismo*, n.º 39, pp. 19-39; F. Baptista, «Sobre a economia das cooperativas e unidades colectivas de produção», *Economia e Socialismo*, n.ºs 41-42, pp. 3-19; J. Figueiredo, *op. cit.*

⁵⁶ F. Batista, *op. cit.*, na nota anterior e *ibidem*, *op. cit.*, 1986 p. 428 e segs.

⁵⁷ Veja-se, a propósito, F. Baptista, «Lei 77/77: a contra-reforma agrária», *Economia e Socialismo*, n.º 43, pp. 3-13; *ibidem*, «Reforma Agrária. Distribuição de parcelas e a questão da terra», *Economia e Socialismo*, n.º 56, pp. 4-9; *ibidem*, *op. cit.*, 1986; e o excelente estudo de caso sobre a entrega de terras a pequenos agricultores como tentativa de «desproletarização», da R. A., P. Hespanha, «A distribuição da terra a pequenos agricultores — uma política para desproletarizar a reforma agrária», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.ºs 18-19-29, 1986, pp. 379-409.

⁵⁸ A. Barros escrevia mesmo que «a exemplo do que sucede com as empresas campone-

sas, as UCP visam basicamente assegurar a remuneração da força de trabalho e garantir a reprodução da empresa e não a maximização do lucro ou sequer a obtenção do lucro médio (A. Barros, *op. cit.*, 1979, p. 147). Sobre o assunto, ver também, F. Baptista, *op. cit.*, 1986, pp. 415-416.

⁵⁹ F. Baptista, *op. cit.*, 1986, p. 450.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMADA, Teresa (s/d), *Diário da Reforma Agrária*, Lisboa, Europa-América.
- ALMEIDA, J. Ferreira (1986), *Classes Sociais nos Campos — Camponeses Parciais Numa Região do Noroeste*, Lisboa, ICS.
- BANDARRA, Álvaro e Jazra, Nelly (1979), «A transformação das estruturas agrárias em Portugal», *Economia e Socialismo*, n.º 39, pp. 19-36.
- BAPTISTA, F. Oliveira (1978), *Portugal 1975 — Os Campos*, Porto, Editora Afrontamento.
- BAPTISTA, F. Oliveira (1979), «Sobre a economia das cooperativas e unidades colectivas de produção», *Economia e Socialismo*, n.ºs 41-42, pp. 3-19.
- BAPTISTA, F. Oliveira (1979), «Lei 77/77: a contra-reforma agrária», *Economia e Socialismo*, n.º 43, pp. 3-13.
- BAPTISTA, F. Oliveira (1980), «Economia do latifúndio: o caso português», in A. Barros (org.), *A Agricultura Latifundiária na Península Ibérica*, Oeiras, CEEA/IGC.
- BAPTISTA, F. Oliveira (1982), «Reforma Agrária. Distribuição de parcelas e a questão da terra», *Economia e Socialismo*, n.º 56, pp. 4-9.
- BAPTISTA, F. Oliveira (1986), «Trabalhadores agrícolas e agricultores familiares — dez anos de factos, debates e projectos», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.ºs 18-19-20, pp. 411-450.
- BARRETO, António (1983), «O Estado e a Reforma Agrária: 1974-1976», *Análise Social*, n.ºs 77-78-79, pp. 513-577.
- BARRETO, António (1984), «Classe e Estado: os sindicatos na Reforma Agrária», *Análise Social*, n.º 80, pp. 41-97.
- BARRETO, António (1987), *Anatomia de uma Revolução — A Reforma Agrária em Portugal, 1974-1976*, Lisboa, Publicações Europa-América.
- BARROS, Afonso de (1979), *A Reforma Agrária em Portugal — Das Ocupações de Terras à Formação das Novas Unidades de Produção*, Oeiras, Centro de Estudos de Economia Agrária do Instituto Gulbenkian de Ciência.
- BARROS, Afonso de (1986), *Do Latifundismo à Reforma Agrária — O Caso de Uma Freguesia do Baixo Alentejo*, Oeiras, CEEA/IGC.
- BARROS, Henrique de (1980), «O latifúndio: tentativa de caracterização económica», in A. Barros (org.), *A agricultura latifundiária da Península Ibérica*, Oeiras, CEEA/ISC.
- BESSA-LUÍS, Agustina (1955), *A Sibila*, Guimarães Editores.
- BICA, António (1982), «Problèmes de commercialisation dans les nouvelles unités de production», *Révue Tiers-Monde*, n.º 89, B. Roux (org.), Réforme et contre-réforme agraire au Portugal.
- CALDAS, E. Castro (1978), *A Agricultura Portuguesa no Limiar da Reforma Agrária*, Oeiras.
- CLARK e O'NEIL, (1980), «Agrarian reform in southern Portugal», *Critique of Anthropology*, 15, vol. 4, pp. 47-74.
- CUTILEIRO, José (1977), *Ricos e Pobres no Alentejo*, Lisboa, Sá da Costa.
- FERREIRA, V. Matias (1977), *Da Reconquista da Terra à Reforma Agrária*, Lisboa, Ed. Regra do Jogo.

- FERREIRA, V. Matias (1986), «A cidade e o campo — uma leitura comparada do movimento social», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.ºs 18-19-20, pp. 549-578.
- FIGUEIREDO, Carlos (1979), «Limites das formações económicas diferenciadas — caso da reforma agrária», *Economia e Socialismo*, n.º 35, pp. 4-14.
- HESPANHA, Pedro (1986), «A distribuição da terra a pequenos agricultores — uma política para 'desproletarizar' a Reforma Agrária», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.ºs 18-19-20, pp. 379-409.
- LOURO, Vitor (1986), «A natureza cooperativa das NUP», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.ºs 18-19-20, pp. 517-535.
- LUCENA, Manuel (s/d), *Revolução e Instituições*, Lisboa, Europa-América.
- MACEDO, Maria João Costa (s/d), *Geografia da Reforma Agrária*, Lisboa, Europa-América.
- MINTZ, Sidney (1974), «The rural proletariat and the problem of rural proletarian consciousness», *Journal of Peasant Studies*, vol. 1 (3), pp. 291-325.
- PEREIRA, José Pacheco (1980), Atitudes do trabalhador rural alentejano, face à posse da terra e ao latifúndio, in A. Barros (org.), *A Agricultura Latifundiária na Península Ibérica*, Oeiras, CEEA/IGC.
- PEREIRA, José Pacheco (1980), «As lutas sociais dos trabalhadores alentejanos: do banditismo à greve», *Análise Social*, pp. 135-156.
- PEREIRA, José Pacheco (s/d), *Conflitos Sociais nos Campos do Sul em Portugal*, Lisboa, Europa-América.
- PEREIRA, Miriam Halpern (1983), *Livre Câmbio e Desenvolvimento Económico*, 2.ª ed., Lisboa, Sá da Costa.
- PINTO, José Madureira (1985), *Estruturas Sociais e Práticas Simbólico-Ideológicas nos Campos. Elementos de Teoria e de Pesquisa Empírica*, Porto Ed. Afrontamento.
- PINTO, Maria José Nogueira (s/d), *O Direito da Terra*, Lisboa, Europa-América.
- PIRES, Carlos Borges (1981a), *As Cooperativas de Produção Agrícola da Freguesia de Albernoa*, Oeiras, CEEA, IGC.
- PIRES, Carlos Borges (1981b), *Política de Emprego e Intensificação das Actividades Desenvolvidas numa Cooperativa de Produção Agrícola*, Oeiras, CEEA, IGC.
- RIBEIRO, Orlando (1968), *Mediterrâneo. Ambiente e Tradição*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- SEVILLA-GUZMAN, Eduardo (1980), «Reflexiones teoricas sobre el concepto sociológico de latifundismo», in A. Barros (org.), *A Agricultura Latifundiária na Península Ibérica*, Oeiras, CEEA/IGC.
- SILBERT, Albert (1978), *Le Portugal méditerranéen à la fin de l'ancien régime. Contribution à l'histoire agraire comparée*, INIC, 2.ª ed.
- SILVA, Carlos (1979), *Reforma Agrária, Sociedade Integrada e Recursos Naturais*, Oeiras, CEEA, IGC.
- SILVA, Carlos (1980), Acerca da génese das relações de produção características do latifúndio em Portugal — tentame de enquadramento dos factores da sua formação, in A. Barros (org.), *A Agricultura Latifundiária na Península Ibérica*, Oeiras, CEEA/IGC.
- VESTER, Michael (1986), «A reforma agrária portuguesa como processo social», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.ºs 18-19-20, pp. 482-516.